Socialismo Libertário

Revista da Coordenação Anarquista Brasileira - Número 1 - Junho de 2012

NOSSA CONCEPÇÃO DE

PODER POPULAR

Revista Socialismo Libertário - N.1 jun/12

SUMÁRIO

Revista Socialismo Libertário
Tiragem: 500 exemplares
Impressão em São Paulo - Junho de 2012
Contato: secfao@riseup.net

Editorial

População e anarco-sindicalistas comemoram a libertação de prisioneiros na Espanha em 1936.

Há 150 anos, homens e mulheres aspiraram à união e à coordenação internacional do incipiente movimento operário, para, através do federalismo e da livre associação, reunir a força necessária para golpear e derrubar o capitalismo. Durante esse processo, os anarquistas estiveram presentes e constituíram parte significativa desse esforço militante.

Estivemos nas barricadas da Comuna de Paris, em 1871, nas experiências comunais das revoltas na Macedônia, em 1903, nas lutas e nos sonhos criados pela Revolução Mexicana de 1911, nos combates encarniçados da Revolução Russa, de 1917. Aspiramos e construímos nossos sonhos libertários durante a Revolução na Manchúria (1929-1931), a Revolução Espanhola (1936-1939) e a Revolução Cubana, de 1959. Mais tardiamente, estivemos nas universidades e fábricas nos acontecimentos do Maio de 68 e nas lutas contra as ditaduras da América Latina. Fizemos parte da Primeira Internacional (1864-1877), da Segunda Internacional (1889-1916) e da Internacional Anarco-Sindicalista, de 1922. Impulsionamos sindicatos de intenção revolucionária e organizações anarquistas nas Américas, na Europa, na Ásia, na África e na Oceania. Temos mantido permanentemente, desde o surgimento do anarquismo, nossa presença em meio às lutas sociais nos cinco continentes.

Em solo nacional, nos misturamos, desde a Primeira República, aos combates classistas nos bairros, nas ruas e nas fábricas, sempre com a utopia da transformação radical sublinhando nossas ações. Há 100 anos, no estado de São Paulo, militantes operários decidiram dar um basta à educação vigente, elitizada, restrita e a serviço do pensamento dominante; unindo pensamento e ação, plantaram as sementes das escolas modernas. Cinco anos depois, o movimento operário realizou uma greve geral em vários estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Tais mobilizações, ocorridas em 1917, há 95 anos, também contaram com a presença da militância anarquista, que ajudou a constituir o que chamamos hoje de luta sindical. Os anarquistas também construíram espaços específicos para o debate de suas questões, para estabelecer acordos, analisar a realidade em que viviam, produzir declarações públicas e planejar suas ações. Esse foi o caso dos grupos anarquistas formados no início do século, tais como a Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, em 1918 – que teve vida curta, atingida duramente pela repressão – e o Partido Comunista (libertário), de 1919. Esta iniciativa organizacionista, recorrente, jamais foi apagada pelo tempo. No contexto da redemocratização (depois do Estado Novo getulista), os anarquistas brasileiros, após anos de ditadura, tentaram, apesar das dificuldades, reorganizar-se numa Federação Anarquista de âmbito nacional. Atuam neste período, de 1946 a 1959, a União Anarquista de São Paulo, a União Anarquista do Rio de Janeiro, o grupo anarquista Ácratas do Rio Grande do Sul e individualidades de outros estados.

Nesse processo, há 55 anos foi realizada a Conferência Anarquista Americana, em Montevidéu, no Uruguai, contando com a presença de delegados do Brasil, da Argentina, dos Estados Unidos, do Paraguai, do México e do próprio país sede, servindo como um desses espaços para a articulação e o fortalecimento do anarquismo.

Todas essas iniciativas demonstram a vontade histórica dos anarquistas de se organizar para intervir com maior vigor no terreno da luta

Rebeldes magonistas libertam a cidade de Tijuana, no México, em 1911, do controle da ditadura federal.

de classes: se há luta, há resistência; se há dominação, há organização e vontade de transformação social.

Hoje, neste pedaço de terra da América Latina chamado Brasil, no décimo aniversário do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), nós, organizações anarquistas que constituímos parte do FAO, humildemente damos continuidade às aspirações, aos sonhos e às lutas de milhares de mulheres e homens que viveram para aportar grãos de areia na construção de outra sociedade, socialista e libertária. São 10 anos de uma caminhada que, ainda que modesta, julgamos conseqüente, com todas as dificuldades e desafios que implicam tal intento. Temos buscado a construção de uma organização nacional, desde baixo, construída pela base, de forma sólida e madura, nesse imenso e diverso território, sem nunca perder do horizonte o objetivo da revolução social.

No Brasil, parte de nossa geração, privada do contato com os nossos "velhos" combatentes, teve de se apoiar, em grande medida, em suas próprias realizações. Somos fruto de anos de debates e articulações que visaram reorganizar o anarquismo brasileiro, para que ele pudesse incidir nas lutas de seu tempo. Somos fruto das iniciativas que buscaram formas distintas de associação e organização de classe, experimentos e experiências de contracultura, com todas suas contradições e limites. A depender da região, somos fruto do contato direto com gerações mais antigas do anarquismo, cujo esforço jamais pode ser esquecido. Somos, enfim, uma geração de jovens que começou a militar entre os anos 1980 e 1990 e que, a partir de então, assumiu para si a tarefa de atualizar o anarquismo, visando constituir uma ferramenta de luta, a partir de organizações específicas anarquistas inseridas socialmente, que contribuísse com a construção de um horizonte de auto-organização e emancipação das classes oprimidas.

O contato que, em 1994, foi travado com a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e, conseqüentemente, com toda sua história – desde 1956, a FAU atuou ininterruptamente, parando apenas quando boa parte de seus militantes foram presos, mortos, seqüestrados ou desaparecidos –, foi marcante neste processo. As relações políticas com a FAU foram decisivas para a opção que fizemos em relação ao modelo de organização especificamente anarquista que hoje adotamos.

Por razão dessas relações, a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), do Rio Grande do Sul, foi fundada, em novembro de 1995; e, desde então, o intento conjunto se fortaleceu com outras organizações posteriormente fundadas. O projeto de construção de uma organização nacional anarquista, fundamentada no modelo organizativo da FAU, foi impulsionado no Brasil por um processo que ficou conhecido como Construção Anarquista Brasileira. A primeira tentativa nesse sentido foi a fundação, em 1997, da Organização Socialista Libertária (OSL), com núcleos no Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Pará, que terminou se revelando uma iniciativa precipitada.

Em 2002, uma nova tentativa, pautada em grande medida no acúmulo das experiências anteriores, decidiu criar um fórum, o FAO. Era um passo inicial, que tinha por objetivo permitir o acúmulo necessário de debates, de acordos e de experiências práticas, para a fundação de uma organização anarquista nacional. A lição dos

Operários e anarquistas marcham portando bandeiras negras pela cidade de São Paulo na greve de 1917.

anos 1990 tinha sido aprendida: não podíamos começar a "construir uma casa pelo telhado".

Desde a fundação do FAO, algumas organizações deixaram de existir e outras se consolidaram e vêm sendo decisivas para esse esforço coletivo: o Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (CAZP), de Alagoas, que comemorou em abril seus 10 anos; a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), que já vai para seus 9 anos e a Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL), de São Paulo, que vai para seu 3º ano de atividades.

Outras organizações vêm aos poucos se somando ao processo e mantendo proximidade com o FAO, estreitando os laços orgânicos: o Coletivo Anarquista Bandeira Negra (Santa Catarina), o Coletivo Anarquista Luta de Classe (Paraná), o Coletivo Mineiro Popular Anarquista (Minas Gerais), a Organização Resistência Libertária (Ceará), o Coletivo Anarquista Núcleo Negro (Pernambuco), o Coletivo Libertário Delmirense (Alagoas) e outras iniciativas, que estão em processo de nucleamento ou de articulação.

O aniversário de 10 anos do FAO é especial para nós, já que, há mais de um ano, temos debatido e apontado a necessidade de darmos um passo a mais na direção do nosso projeto nacional. Queremos avançar, porém, sem tirar o pé do chão, no sentido de proporcionar uma maior organicidade entre as organizações e de responsabilidades e compromissos mais profundos. Para isso, decidimos passar de um fórum para uma coordenação: o FAO, por razão desse ganho de organicidade conquistado nos últimos anos, se torna a Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Assim, maiores esforços se fazem necessários, e a responsabilidade que assumimos com esse passo também é grande. No entanto, as aspirações, os sonhos e a vontade que temos de construir outra sociedade, em que nós, classes oprimidas, sejamos donas de nossos próprios destinos, é tamanha, que não nos intimidamos.

É por isso que, nesse 10º aniversário do FAO, data do congresso de fundação da CAB, reafirmamos nosso compromisso militante de nos somar na construção de um povo forte, que ponha abaixo o sistema de dominação capitalista a partir da luta direta, pela base, da construção federativa de nossas próprias instâncias de auto-organização, de autogestão e de democracia direta. Amparados nas experiências históricas daqueles que nos precederam, comemoramos a fundação da CAB como mais um importante passo na presença do anarquismo nas lutas sociais contemporâneas.

Neste primeiro número da revista *Socialismo Libertário*, apresentamos um texto com nossas concepções sobre o poder popular, tema que julgamos essencial. Esperamos ter condições de, nos próximos números, aprofundar questões teóricas, estratégicas e conjunturais, de maneira a estimular esse processo nacional.

Em memória aos milhares de militantes anarquistas que fizeram história!
Em memória aos oprimidos e às oprimidas, de ontem, hoje e sempre!
Viva a revolução social! Viva a anarquia!
Rumo à organização nacional!

NOSSA CONCEPÇÃO DE PODER POPULAR

"Uma concepção e uma prática de autogestão têm, em sua produção específica, seu próprio discurso. Têm sua própria produção de poder que, nesse caso, é de poder popular."
Federação Anarquista Uruguaia (FAU)

O especifismo, nossa corrente do anarquismo, em especial na América Latina, vem se preocupando há mais de meio século com a problemática do poder popular. Nesse texto, tratamos de formalizar elementos relevantes dessa discussão, que hoje são compartilhados pelas organizações que constituem a CAB. Nossa concepção de poder popular constitui, simultaneamente, um objetivo e uma estratégia, ambos os quais fornecem as bases para uma prática política ancorada no contexto histórico e geográfico em que estamos inseridos, de maneira a fortalecer nossa intervenção no conjunto de forças em jogo. Não se trata, dessa maneira, de uma discussão puramente teórica ou filosófica, que visa tão-somente conhecer a realidade ou refletir abstratamente sobre ela. Para nós, o anarquismo é uma ideologia: um "conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política". [FARJ. Anarquismo Social e Organização]

Pensamos que o anarquismo deve, necessariamente, conceber essa prática política no intuito de transformar a realidade em que estamos inseridos, e é nesse sentido que concebemos nossa proposta de poder popular, pautada em uma estratégia determinada de intervenção social, de uma prática política, que possa impulsionar nosso objetivo revolucionário e socialista.

O anarquismo e o poder popular

O anarquismo surge durante o século XIX como uma forma de socialismo, ou seja, como uma de suas correntes, a qual conta, hoje, com uma longa história na luta dos oprimidos, envolvendo embates, conquistas, derrotas, prazeres, sofrimentos e martírios.

"Há sacrifícios, lutas, sangue e sonhos no interior desse conceito de socialismo. Há uma longa história de resistências. É uma produção histórica vinculada aos anseios dos de baixo. Não é uma ciência, mas uma aspiração, uma esperança do ser humano, das classes, coletivos e povos oprimidos." [FAU/FAG. Wellington Gallarza e Malvina Tavares: trabalho FAU-FAG por uma teoria política libertária]

Essa longa história do anarquismo, inseparável das lutas que ocorreram e ainda ocorrem no sistema de dominação em que nos inserimos, constitui uma intensa memória, sobre a qual constituímos nossas certezas ideológicas, pautadas nos princípios que vêm fundamentando a ideologia anarquista. A longa história do anarquismo acumulou saberes, em mais de um século de intensas batalhas, vividos e construídos coletivamente, a partir de um conjunto riquíssimo de experiências que buscaram um mesmo objetivo finalista: promover a revolução social e consolidar um sistema socialista e libertário, chamado historicamente de socialismo libertário, comunismo libertário ou simplesmente anarquia. "O objetivo finalista originário do projeto socialista é o estabelecimento de uma sociedade igualitária, uma sociedade [...] sem classes". [CAZP. Alagoas e o Poder Popular] Esse objetivo prevê o fim da dominação de maneira geral, tanto da exploração econômica, quanto os outros tipos de dominação.
Para nós, é fundamental ultrapassar as discussões de forma, dos termos em questão, e realizar uma abordagem que leve em conta os conteúdos fundamentais da proposta anarquista. Por isso, entendemos que o anarquismo sempre esteve pautado, desde seu surgimento, em estratégias de poder popular. Quando Bakunin, por exemplo, propunha um programa para a intervenção dos anarquistas na Associação Internacional dos Trabalhadores, não fazia outra coisa senão propor um projeto de poder popular, que pudesse transformar a sociedade por meio de uma prática revolucionária dos trabalhadores. Podemos afirmar, diferentemente do que vêm sendo afirmado, que o anarquismo nunca foi contra o poder, mas desenvolveu, ao mesmo tempo, críticas de um determinado tipo de poder (dominação) e proposições de um outro tipo de poder.

Todas as práticas anarquistas forjadas em meio às classes oprimidas e que tiveram e têm por objetivo torná-las protagonistas de suas lutas e de seu próprio processo de emancipação e libertação foram, e são, para nós, projetos de poder popular. Há germes de propostas de poder popular em lutas populares do passado e do presente. Portanto, não compreendemos que a idéia

> "Há sacrifícios, lutas, sangue e sonhos no interior desse conceito de socialismo. Há uma longa história de resistências. É uma produção histórica vinculada aos anseios dos de baixo. Não é uma ciência, mas uma aspiração, uma esperança do ser humano, das classes, coletivos e povos oprimidos."

de poder popular seja algo novo; o anarquismo, conforme enfatizamos, em sua longa história, desenvolveu alguns projetos de poder popular, sempre situados dentro dos marcos caracterizados pelos seus princípios.

Quando refletimos sobre a questão do poder popular, em realidade, retomamos parte significativa das teorias e práticas desenvolvidas pelos anarquistas ao longo da história mas, ao mesmo tempo, optamos por algumas delas em detrimento de outras. Além disso, desenvolvemos posições próprias, no intuito de revitalizar questões que julgamos fundamentais, para uma prática política adequada com o contexto em que estamos inseridos.

O conceito de poder

São distintos os entendimentos do conceito de poder no campo da esquerda, e pela nossa própria defesa do conceito de poder popular, entendemos ser necessário definir com algum rigor o nosso conceito de poder.

Concebemos o poder como uma relação social estabelecida a partir do enfrentamento entre diversas forças sociais, quando uma ou mais forças se impõem às outras.

Qualquer sociedade possui uma relação dinâmica e permanente entre as forças que estão em jogo. Por isso, qualquer sociedade possui relações de poder. Indivíduos, grupos, classes sociais possuem capacidade de realização, que podem ou não se tornar forças sociais. Dessa maneira, distinguimos esses dois conceitos: "uma força social tem determinada capacidade de realização. Capacidade de realização pode ser entendida, como a possibilidade de produzir de determinada força social, quando colocada em ação pelo agente que a detém". [Fábio López. Poder e Domínio] Assim, a capacidade de realização coloca-se no campo das possibilidades; um agente, um agrupamento pode ter uma capacidade de realização, mas transformará essa capacidade em força social no momento em que intervier nas forças em jogo. A força social implica que a capacidade saia do campo da possibilidade e passe a fazer parte do campo da realidade.

Não se pode, também, confundir força social com poder. "Poder não pode ser mero sinônimo de força social, pois para ter poder é necessário fazer uso de sua força e ela ter efeito – ou ao menos poder fazer uso desta força (quando lhe convier) e isto ser o suficiente para conseguir o efeito". [Fábio López. Poder e Domínio] O poder existe, de fato, quando há uma imposição de vontade de um agente ou conjunto de agentes por meio da força social que consegue mobilizar para sobrepor as forças mobilizadas por aqueles que se opõem.

Poder e dominação

Falar que qualquer sociedade possui relações de poder não significa, entretanto, afirmar que todas as sociedades, e todas as relações sociais, fundamentam-se na dominação. É por isso que consideramos fundamental distinguir os conceitos de poder e de dominação.

A dominação é um tipo de poder, que caracterizamos como um poder autoritário, contra o qual temos nos mobilizado historicamente. A dominação é uma relação

de poder hierárquica que pode se institucionalizar com uns decidindo aquilo que diz respeito a outros e/ou a todos. Ela explica as desigualdades estruturais, envolve relação de mando/obediência entre dominador/dominado, alienação do dominado, entre outros aspectos. É o fundamento básico das relações de classes, ainda que não se possa reduzir dominação à dominação de classe. [Alfredo Errandonea. Sociologia de la Dominación] O anarquismo, desde seu surgimento, vem lutando contra as distintas relações de dominação: entre as classes sociais, de gênero, de raça, imperialistas etc. Portanto, o anarquismo é contra um tipo de poder caracterizado pela dominação que, infelizmente, caracteriza o modelo de poder hegemônico no capitalismo.

Em oposição à dominação e ao modelo de poder que a caracteriza, o poder dominador, defendemos a autogestão e o federalismo libertário, caracterizados por um modelo de poder autogestionário e federalista, chamado por nós de poder popular. A autogestão e o federalismo são o oposto da dominação e implicam a participação no planejamento e nos processos decisórios, proporcionalmente ao quanto se é afetado por eles, pessoal, grupal ou coletivamente. Sua aplicação generalizada implica a substituição de um sistema de dominação por uma sociedade igualitária/libertária.

"Podemos dizer que autogestão seria, em termos gerais, o poder efetivo de decisão sobre o conjunto das questões políticas, econômicas, sociais; não realizado de cima para baixo, a partir da cúpula, mas de baixo para cima, a partir da base. Definição que abrange diversos campos: formas de organização política, organização dos processos de produção e serviços, educação, aspectos culturais e ideológicos. A autogestão, assim concebida, com a amplitude que acreditamos estar nela implicada, é toda uma concepção que precisa de elementos coerentes para um autêntico desenvolvimento. Implica uma transformação radical, não apenas econômica – como, de forma limitada, é tratada muitas vezes –, mas também política e ideológica. A autogestão não disciplina corpos para a submissão, para a obediência e para o mando, mas tende a destruir, a descontinuar a noção atual de política como algo reservado a uma casta, dando um outro conteúdo a esse conceito: a tomada, pelas próprias mãos, dos diversos organismos sociais, em todos os níveis e sem intermediários, dos assuntos que lhe competem, visando construir uma ordem social sobre essas bases. O que também implica socializar a política; não desconstruir seu espaço específico, mas concebê-lo de uma outra maneira." [FAU. Poder, Autogestão e Luta de Classes: uma aproximação do tema]

Conforme buscaremos demonstrar, nossa concepção de poder popular está fundamentada nas noções de autogestão e de federalismo libertário em oposição à dominação. Por isso diferenciamos poder de dominação; o poder que defendemos, construído a partir da idéia de autogestão

e de federalismo, constitui as bases de nosso conceito de poder popular e se opõe radicalmente à dominação.

O conceito de poder popular

Como já enfatizamos, compreendemos que "o poder não é algo necessariamente antipopular"; "o poder popular legítimo deve existir para oprimir os planos de tirania, que sempre surgem nas cabeças de alguns agentes". [Fábio López. Poder e Domínio] Assim, nosso projeto de poder popular torna-se uma ferramenta, um tipo de contrapoder ao poder existente, caracterizado pela dominação.

Em termos macro-sociais, podemos dizer que concebemos o poder popular como um modelo generalizado de poder pautado na autogestão e estabelecido pelas classes oprimidas em relação às classes dominantes, o qual fornece as bases para uma nova sociedade. O poder popular, assim concebido, visa a supressão do capitalismo, do Estado e das relações de dominação de maneira geral, substituindo-os por uma nova estrutura de poder, estabelecida a partir dos locais de trabalho e de moradia; só pode consolidar-se, portanto, por meio de um processo revolucionário.

Opor nosso projeto de poder popular à dominação implica, obrigatoriamente, um combate árduo contra as forças sociais mobilizadas, fundamentalmente, pelas classes dominantes. Em meio à luta de classes, que caracteriza o sistema de dominação em que estamos inseridos, temos uma posição muito

clara de, como parte das classes oprimidas – já que compreendemos o anarquismo como uma ideologia das classes oprimidas –, impulsionar um processo que conforme a capacidade de realização dessas classes em força social e, a partir de sua intervenção como movimentos populares, consiga impor nossa força às classes dominantes, acabar com a dominação e estabelecer esse poder popular, pautado na autogestão generalizada. O poder popular deve, portanto, ser edificado pela força dos oprimidos, a partir da comunhão de certos princípios, irmanados solidariamente em sua diversidade e com um mesmo objetivo.

“Não se trata de colocar o nome de poder popular às velhas e conhecidas formas de ação política e de representação que excluem o povo de toda instância de decisão fundamental. Portanto, não se trata simplesmente se tomar das classes dominantes o atual poder político centralizado, e sim de difundi-lo, descentralizá-lo nos organismos populares, de transformá-lo em outra coisa. De transformá-lo em uma nova estrutura político-social. Tomar o poder é tomar o poder nas fábricas, nos campos, nas minas, nas oficinas, nas escolas, nos hospitais, nas centrais elétricas, nos meios de comunicação, nas universidades, e o poder é dos trabalhadores e do povo quando são organismos por eles controlados, amplamente democráticos e participativos, onde os que os assumem, apropriam-se das funções tutelares exercidas desde a esfera estatal.” [FAG. Declaração de Princípios]

O poder popular é, portanto, ao mesmo tempo um objetivo e uma estratégia defendidos pelo anarquismo especifista. Ele aproxima nosso ideal libertário de um projeto de poder imprescindível para levar a cabo as rupturas que implicam o alcance de nosso objetivo finalista e não possui relação com as concepções vigentes de “tomada do poder” a partir das instituições de dominação, como no caso do Estado, seja de maneira revolucionária ou reformista.

O projeto estratégico de nossa corrente

A coerência estratégica que marca a intervenção anarquista na realidade fundamenta-se na noção, para nós bastante óbvia, de que o objetivo deve condicionar a estratégia e esta a tática. Ou seja, os meios que utilizarmos conduzirão, necessariamente, a fins condizentes com eles. Se colocamos o poder popular como um objetivo estratégico a ser atingido por um processo revolucionário de mobilização e luta, não há como não conceber estratégias e táticas condizentes com esse objetivo e que nos façam caminhar rumo a eles. Esse projeto estratégico do anarquismo especifista caracteriza-se basicamente pelo que temos chamado de construção do poder popular e da criação de um povo forte. É nesse sentido que o poder popular ganha, também, uma função estratégica fundamental.

> “Ainda que o poder popular seja um projeto de longo prazo (quando a força das classes oprimidas supera as forças das classes dominantes), ele começa a desenvolver-se e se fortalece a partir das experiências de mobilização e luta de curto prazo, forjadas sobre necessidades imediatas da população. Portanto, construir o poder popular exige uma atuação imediata e não de espera em relação a outros fatores que possam trazê-lo sem maiores esforços, pois é na sociedade presente que se desenvolve o embrião da sociedade futura.”

Afirmamos que a base do poder popular é a autogestão e o federalismo libertário; portanto, nesse processo estratégico de mobilização e luta, compreendemos que a autogestão e o federalismo devem fundamentar a base de nosso programa de intervenção na criação e na participação de movimentos populares. Dentre as distintas estratégias defendidas historicamente pelos anarquistas, nossa estratégia de poder popular caracteriza-se por constituir uma estratégia de massas. Isso significa que queremos contribuir com a organização das massas de maneira que elas possam ser protagonistas de suas lutas, de curto e longo prazo, responsabilizando-se tanto por suas conquistas e melhorias do dia-a-dia, como também pelo processo de transformação revolucionária, que as emancipará e libertará complemente.

"Ainda que o poder popular seja um projeto de longo prazo (quando a força das classes oprimidas supera as forças das classes dominantes), ele começa a desenvolver-se e se fortalece a partir das experiências de mobilização e luta de curto prazo, forjadas sobre necessidades imediatas da população. Portanto, construir o poder popular exige uma atuação imediata e não de espera em relação a outros fatores que possam trazê-lo sem maiores esforços, pois é na sociedade presente que se desenvolve o embrião da sociedade futura." [OASL. Anarquismo especifista e poder popular]

Por isso, sustentamos que o poder popular tem de começar a ser edificado na luta popular, organizada e protagonizada pelos diversos setores das classes oprimidas, em torno das questões mais imediatas, visando os processos de ruptura mais profundos. Construir o poder popular e criar um povo forte implicam, além de fazer as lutas de curto prazo, avançar para lutas de médio e longo prazo e, por isso, temos defendido a organização popular em uma frente de classes oprimidas, que pode fortalecer permanente a força social das classes dominadas, colocado-as em oposição direta às forças mobilizadas pelas classes dominantes. Tal processo de organização popular, deve ser forjado "como resultado de um processo de convergência de diversas organizações sociais e diferentes movimentos populares, que são fruto da luta de classes". [FARJ. Anarquismo Social e Organização] Trata-se de rearticular os oprimidos em torno de um projeto comum de transformação social.

Dentre as várias ferramentas existentes para a ampliação de força social está a organização. Quando nos propomos a organizar movimentos populares e participar deles com um programa determinado, acreditamos que estamos potencializando

as forças das classes oprimidas a partir dessa importante ferramenta. "Construir o poder popular implica, assim, desde já, organizar novos movimentos sociais e integrar movimentos já existentes, defendendo uma posição de fortalecimento permanente. E ele só poderá surgir e realizar-se com e pelo povo, enquanto classe." [OASL. Anarquismo Especifista e Poder Popular] Em nossa intervenção no sentido de criar movimentos populares e neles ingressar, nos apoiamos em princípios que permitam impulsionar lutas de massas que possam contribuir no fortalecimento do nosso projeto de poder popular; independência e solidariedade de classe, combatividade e ação direta, democracia direta, autogestão e federalismo. Tais princípios, defendidos historicamente pelos anarquistas no seio das lutas populares, nos servem de inspiração e de guia para a organização autogestionária no sentido de construir o poder popular.

Construir o poder popular significa construir outras relações de poder que coloquem em xeque os poderes dominantes, suas estruturas e instituições econômicas, políticas, jurídicas, militares, ideológicas, culturais; enfim, o status quo. Trata-se de ousar derrotar o sistema de dominação e realizar, na plena solidariedade da luta popular, o acúmulo de força social necessário para desequilibrar as relações sociais impostas pelas classes dominantes e, por meio do conflito social, avançar, acumular, potencializar e romper com as estruturas sistêmicas atuais. Essa estratégia só poderá contribuir com esse processo de acumulação de forças e rupturas se estiver funcionando em nossas próprias práticas políticas, que devem demonstrar uma consonância entre discursos e ações.

Compreendemos que a criação de um povo forte só poderá ocorrer se as lutas dos movimentos populares estiverem fundamentadas na autogestão. É somente por mecanismos ampliados de participação, que implicam meios libertários e igualitários, que entendemos poder estimular o fortalecimento popular de maneira a criar os sujeitos capazes de realizar essa transformação social de bases tão amplas. Organizar as diferentes expressões de luta popular segundo nossos princípios é criar um povo forte; um fator imprescindível para o sucesso de nossa estratégia.

Os sujeitos revolucionários não estão dados historicamente por uma posição histórica determinista e mecanicista; nem chegarão à consciência e à luz por meio da atuação de auto-reivindicadas vanguardas.

"Para construir povo forte e poder popular é preciso construir os sujeitos da mudança, pois estes não são dados a priori. [...] Quanto aos sujeitos revolucionários a estrutura econômica-política é um ponto de partida, mas não define mecanicamente os agentes sociais transformadores. [...] Todavia, os trabalhadores

enquanto não se reconhecem e enquanto não possuem vontade própria, continuam a ser peças reprodutoras da engrenagem do sistema. Criar capacidade política no povo é desenvolver seu potencial organizativo e prático, potenciais estes que o próprio povo já possui em estado latente uma vez que lida diariamente com as situações de trabalho e dos problemas da vida social cotidiana." [CAZP. Alagoas e o Poder Popular]

O novo sujeito, capaz de construir o projeto de poder popular que defendemos, deve, portanto, necessariamente ser (re)construído. A intervenção que temos por meio de nossa prática política busca essa reconstrução na luta contra a fragmentação do tecido social, completamente

"O problema do poder, decisivo em uma transformação social profunda, só pode ser resolvido a nível político, através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária. Só através de sua ação, enraizada nas massas, é possível se conseguir a destruição do aparato estatal burguês e sua substituição por mecanismos de poder popular."

esgarçado pelas práticas de dominação, e pelo acúmulo das lutas cotidianas, que geram saberes e práticas relevantes, com potencial transformador. "É, portanto, no seio das lutas que se constrói o poder popular e, por conseqüência outro sujeito histórico, tanto no pessoal como coletivo. Um sujeito que não é determinado a priori, mas historicamente, no seio das lutas dos movimentos sociais." [OASL. Anarquismo Especifista e Poder Popular] Devemos estar convictos de que esse novo sujeito deve levar consigo a idéia de um mundo novo, com outra forma de organização social, e que ele é capaz de empoderar-se, protagonizar e transformar a realidade em que está inserido.

O papel da organização específica anarquista

Ainda que estejamos defendendo o poder popular como uma estratégia de massas, isso não significa abrir mão de um outro elemento imprescindível, a nosso ver, na construção do poder popular; trata-se da organização específica anarquista.

"O problema do poder, decisivo em uma transformação social profunda, só pode ser resolvido a nível político, através da luta política. E esta requer uma forma específica de organização: a organização política revolucionária. Só através de sua ação, enraizada nas massas, é possível se conseguir a destruição do aparato estatal burguês e sua substituição por mecanismos de poder popular." [FAU. A Organização Política Anarquista]

A organização específica anarquista, esse organismo político revolucionário, constitui, portanto, um elemento central em nossa estratégia de poder popular. Não no sentido autoritário e substituísta, que subjuga a capacidade das classes oprimidas no processo de transformação social, ou as quer substituir nessa luta. A organização anarquista é por nós compreendida como um agente que funciona como fermento ou motor das lutas populares: "a organização política não é direção, mas, antes de tudo, um motor das lutas". [CAZP. Alagoas e o Poder Popular] Trata-se de uma diferenciação entre o caráter de minoria ativa, que atribuímos às nossas organizações políticas (nível político), e o caráter de vanguarda das organizações

políticas autoritárias, naquilo que diz respeito às suas relações com os movimentos populares (nível social).

"Diferentemente da organização de vanguarda, o nível político organizado como minoria ativa, que atua com ética, não possui relação de hierarquia e nem de domínio em relação ao nível social. Para nós, como enfatizamos, os níveis político e social são complementares. [...] O nível político complementa o nível social, assim como o nível social complementa o político. Ao contrário do que propõem os autoritários, a ética da horizontalidade que funciona dentro da organização específica anarquista se reproduz em sua relação com os movimentos sociais. Quando em contato com o nível social, a organização específica anarquista atua com ética e não busca posições de privilégio, não impõe sua vontade, não domina, não engana, não aliena, não se julga superior, não luta pelos movimentos sociais ou à frente deles. [...] O objetivo da minoria ativa é, com ética, estimular, estar junto ombro a ombro." [FARJ. Anarquismo Social e Organização]

Trata-se, portanto, de sustentar uma relação de complementaridade, em que a organização anarquista potencializa os movimentos populares e estes, por sua vez, constituem o campo privilegiado para a prática política anarquista. Nessa relação autogestionária entre organização anarquista e movimentos, impulsiona-se o programa anarquista, pautado em seus princípios fundamentais e em sua estratégia, de maneira a reconstruir o tecido social, organizar as classes oprimidas, estimular entre elas as práticas autogestionárias e caminhar para a construção do poder popular.

Para nós, anarquistas especifistas, construir o poder popular implica, portanto, uma prática dupla: como membros das classes oprimidas, nos organizarmos nos movimentos populares em torno de associações amplas, que agregam militantes de diferentes ideologias; ao mesmo tempo, como anarquistas, nos organizarmos, pautados em nossas posições ideológicas, para intervir na realidade de maneira mais adequada. Para

"O nível político complementa o nível social, assim como o nível social complementa o político. Ao contrário do que propõem os autoritários, a ética da horizontalidade que funciona dentro da organização específica anarquista se reproduz em sua relação com os movimentos sociais. Quando em contato com o nível social, a organização esp
ecífica anarquista atua com ética e não busca posições de privilégio, não impõe sua vontade, não domina, não engana, não aliena, não se julga superior, não luta pelos movimentos sociais ou à frente deles. [...] O objetivo da minoria ativa é, com ética, estimular, estar junto ombro a ombro."

isso, defendemos ser fundamental a afinidade ideológica, teórica, estratégica e prática dessas organizações anarquistas, que possuem como fundamento a responsabilidade e a disciplina de seus membros, sempre pautadas na ética anarquista.

O sistema de dominação e o projeto anarquista de poder popular

A luta contra a dominação implica métodos de análise e teorias para a compreensão crítica da realidade em que atuamos. Caracterizamos o sistema de dominação contemporâneo como uma estrutura dominadora, fundamentada nas relações sociais das distintas esferas, e que possui na luta entre classes com interesses antagônicos sua expressão mais relevante.

O capitalismo, o Estado e as diferentes estruturas e instituições que contribuem para o estabelecimento desse sistema devem ser suprimidas. Temos o dever de analisar e criticar as realidades, as forças em jogo, os agentes em questão, nossos inimigos, aliados concretos e em potencial. Essa análise, juntamente com nosso objetivo finalista e nosso conjunto de estratégias e táticas, constitui nosso projeto estratégico para intervenção e transformação da sociedade.

Acreditamos que, enquanto houver um sistema de dominação, haverá lutas pela emancipação dos oprimidos, que possuem ensinamentos genuínos ao nosso projeto de poder popular. É em meio a essas resistências que acreditamos que o anarquismo deve estar, contanto com toda a diversidade que caracteriza os diferentes terrenos populares nos quais atuamos; devemos fortalecer os valores libertários que ideologicamente viabilizam a existência desse projeto.

As dominações econômicas, caracterizadas pela exploração capitalista; as dominações políticas, caracterizadas pela divisão da sociedade em governantes e governados e pelas opressões levadas a cabo pela força bruta, pela coerção, ambas impulsionadas pelo Estado; as dominações de ordem cultural e ideológica, fundamentadas pelas idéias que circulam e fortalecem esse sistema – todas essas dominações devem ser combatidas por nós. A cultura e a ideologia produzidas pelos sistemas de dominação criam sujeitos individualistas, sem identidades que lhes vinculem às classes oprimidas, completamente incorporados ao sistema capitalista; esse é também um problema relevante, que também devemos enfrentar.

O projeto de poder popular anarquista contrapõe, em todos esses níveis de dominação, alternativas autogestionárias de luta, "gerando espaços e estímulos para a participação em sindicatos, cooperativas, centros comunitários e estudantis, nas organizações de protesto e nas reivindicações: por trabalho, saúde, teto, terra". [FAU. Poder, Autogestão e Luta de Classes]

Nessas distintas práticas, é fundamental que sustentemos a retomada da economia e da

política por parte das classes oprimidas, assim como o estímulo ao desenvolvimento das identidades e culturas de classe dos distintos oprimidos, e também a difusão de uma ética pautada em valores; meios que devem sustentar nosso projeto de poder popular.

A CAB e a construção do poder popular

Nossa proposta de anarquismo, como fermento e motor capaz de impulsionar as lutas populares, a nível nacional e continental, torna-se, portanto, completamente vinculada a esse projeto de poder popular que continuamos a impulsionar; uma estratégia e um objetivo que julgamos ser coerentes para o tempo e o lugar em que atuamos.

A ideologia anarquista constitui, para nós, a base fundamental de nossa prática política; concebemos, portanto, que nossas idéias transformadoras possuem, a partir de nossa intervenção prática na realidade, a materialidade necessária para intervir no jogo de forças que caracteriza o sistema de dominação em que estamos inseridos e buscar transformá-lo com as práticas de intenção revolucionária que nos são características.

Não basta apenas desejar a utopia socialismo libertário; precisamos caminhar em sua direção. Nosso projeto de poder popular parece adequado para enfrentar esse desafio, fundamentando nossas incansáveis intervenções, desde as questões mais comuns, cotidianas, de curto prazo, até aquelas que envolvem planejamentos estratégicos de médio e longo prazo.

A CAB tem por objetivo impulsionar um projeto de poder popular nas localidades em que atua, fazendo do anarquismo a centelha que deve incendiar os movimentos populares, rumo ao nosso ideal de socialismo e liberdade.

Lutar, criar, poder popular!

o que é a CAB?

A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) é um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo especifista. A CAB surge como resultado dos dez anos do processo de organização, iniciado em 2002, com o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Durante essa década, avança em termos político-ideológicos e em relação aos trabalhos nos movimentos populares. A fundação da CAB marca a passagem de um fórum para uma coordenação nacional, evidenciando um aumento de organicidade e fundamentando as bases para o avanço rumo a uma organização anarquista brasileira.

Nossa concepção organizativa do anarquismo

Todos os grupos e organizações da CAB, assim como aqueles interessados em ser seus membros, devem concordar, defender e aplicar esta concepção de anarquismo, que consideramos o mínimo necessário para o início dos trabalhos conjuntos. O anarquismo defendido pela CAB é compreendido a partir dos princípios político-ideológicos e pela sua estratégia geral colocados a seguir.

Princípios políticos e ideológicos

A compreensão, a defesa e a aplicação dos seguintes pontos:

a) Do anarquismo como ideologia e, assim, como um sistema de idéias, motivações e aspirações que possuem necessariamente uma conexão com a ação no sentido de transformação social, a prática política.
b) De um anarquismo em permanente contato com a luta de classes dos movimentos populares de nosso tempo e funcionando como ferramenta de luta e não como pura filosofia ou em pequenos grupos isolados e sectários.
c) De um conceito de classe que inclui todas as parcelas de explorados, dominados e oprimidos da nossa sociedade.
d) Da necessidade do anarquismo retomar seu protagonismo social e de buscar os melhores espaços de trabalho.
e) Da revolução social e do socialismo libertário como objetivos finalistas de longo prazo.

f) Da organização como algo imprescindível e contrária ao individualismo e ao espontaneísmo.
g) Da organização específica anarquista como fator imprescindível para a atuação nas mais diversas manifestações da luta de classes. Ou seja, a separação entre os níveis político (da organização específica anarquista) e social (dos movimentos sociais, sindicatos, etc.).
h) Da organização anarquista como uma organização de minoria ativa, diferindo-se esta da vanguarda autoritária por não se considerar superior às organizações do nível social. O nível político é complementar ao nível social e vice-versa.
i) De que a principal atividade da organização anarquista é o trabalho/inserção social em meio às manifestações de luta do povo.
j) De que a ética é um pilar fundamental da organização anarquista e que ela norteia toda a sua prática.
k) Da necessidade de propaganda e de ela ter de ser realizada nos terrenos férteis.
l) Da lógica dos círculos concêntricos de funcionamento, dando corpo a uma forma de organização em que o compromisso está diretamente associado com o poder de deliberação. Da mesma maneira, uma organização que proporcione uma interação eficiente com os movimentos populares.
m) De que a organização deve possuir critérios claros de entrada e posições bem determinadas para todos que queiram ajudar (níveis de apoio /colaborador).
n) Da autogestão e do federalismo para a tomada de decisões e articulações necessárias, utilizando a democracia direta.
o) A busca permanente do consenso, mas, não sendo possível, a adoção da votação como método decisório.
p) Do trabalho com unidade teórica, ideológica e programática (estratégica / de ação). A organização constrói coletivamente uma linha teórica e ideológica e da mesma forma, determina e segue com rigor os caminhos definidos, todos remando o barco no mesmo sentido, rumo aos objetivos estabelecidos.
q) Do compromisso militante e da responsabilidade coletiva. Uma organização com membros responsáveis, que não é complacente com a falta de compromisso e a irresponsabilidade. Da mesma forma, a defesa de um modelo em que os militantes sejam responsáveis pela organização, assim como a organização seja responsável pelos militantes.
r) Os militantes que compõem a organização têm, necessariamente, de estar inseridos em um trabalho social, bem como se ocupar de atividades internas da organização (secretarias, etc.)

Estratégia geral

A estratégia geral do anarquismo que defendemos baseia-se nos movimentos populares, em sua organização, acúmulo de força, e na aplicação de formas de luta avançada, visando chegar à revolução e ao socialismo libertário. Processo este que se dá conjuntamente com a organização específica anarquista que, funcionando como fermento/motor, atua conjuntamente com os movimentos populares e proporciona as condições de transformação. Estes dois níveis (dos movimentos populares e da organização anarquista) podem ainda ser complementados por um terceiro, o da tendência, que agrega um setor afim dos movimentos populares.

Essa estratégia, portanto, tem por objetivo criar e participar de movimentos populares defendendo determinadas concepções metodológicas e programáticas em seu seio, de forma que possam apontar para um objetivo de tipo finalista, que se consolida na construção da nova sociedade.

ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A CAB:

Federação Anarquista Gaúcha (FAG)
Rio Grande do Sul
Fundação: 18 de novembro de 1995

A Federação Anarquista Gaúcha (FAG) é uma organização política anarquista fundada em 18 de novembro de 1995, fruto de um contexto de dispersão de diversos grupos libertários espalhados por diferentes regiões do Rio Grande do Sul – Juventude Libertária, que reunia militantes de Porto Alegre, Canoas, Guaíba e Gravataí; Grupo Ativista Libertário (GAL), de Alegrete, e Coletivo de Ação Libertária (CALIBRE), de São Leopoldo – que, em meio a um ambiente de discussões e procura de alternativas de organização para a militância anarquista, acabam por se reunir e fundar a FAG. A experiência histórica da Federação Anarquista Uruguaia e seu modelo de organização, o especifismo, tiveram peso em nossa formação. Nesses mais de 15 anos, estivemos presentes e inseridos num conjunto de experiências da luta popular. Contribuímos modestamente na formação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); na construção de diversos Comitês de Resistência Popular nas periferias de Porto Alegre; organizando os estudantes em conjunto com a companheirada da Tendência Libertária Mobilização Direta (TLMD) nas universidades e escolas secundaristas, e militando por outro modelo de universidade nas vilas da grande Porto Alegre através do Coletivo pela Universidade Popular (COLUP); participamos ombro a ombro das lutas contra a ALCA e o FMI e também de uma série de lutas com movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Além de nossa inserção social, mantivemos, de 2001 até 2010, nossa antiga sede federal, como local de reunião, oficina de propaganda, debates de formação, cultura e encontro. Nas dependências da sede, mantínhamos a biblioteca A Conquista do Pão, hoje instalada em nossa nova sede, o Ateneu Libertário A Batalha da Várzea. Desde o início, não perdemos de vista o trabalho de propaganda, com cartazes, murais de rua e campanhas diversas. Sempre apostamos na construção do anarquismo nacionalmente e, por isso, militamos em 1996 no Processo da Construção Anarquista Brasileira, com diversos grupos, que acabou se mostrando precipitado e não tendo continuidade.

Hoje, a FAG tem militância nas frentes sindical, estudantil, de comunicação (rádios comunitárias) e do campo (MST), atuando cotidianamente na defesa da organização de base, da democracia e da ação direta, da independência e solidariedade de classe, tendo como horizonte a construção do Poder Popular.

Coletivo Anarquista Zumbi do Palmares (CAZP)
Alagoas
Fundação: 2 de março de 2002

O Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (CAZP) teve como berço de sua militância a atuação no movimento estudantil; ao longo desta experiência, militou na base do movimento, em entidades e agrupações estudantis. Praticando também a solidariedade de classe, sempre buscamos estar junto às lutas dos movimentos sociais em Alagoas.

Hoje, além da presença nas lutas estudantis, também estamos organizados nas frentes sindical e comunitária. A primeira, junto a trabalhadores da educação e da saúde, buscando resgatar uma prática sindical com protagonismo e democracia de base. Na comunitária, buscamos o empoderamento popular através de atividades que têm envolvido cultura e comunicação, em especial. No ano de 2008, junto a outros companheiros, participamos da fundação, em nosso estado, da tendência Resistência Popular, fato fundamental para a abertura das frentes sindical e comunitária.

No âmbito político, ingressamos no FAO em 2005, momento que nos permitiu dar saltos tanto na militância social, quanto no nível político-organizativo, gradativamente passando a assumir os contornos de uma organização especifista. Inseridos no processo de construção nacional da militância anarquista de matriz especifista desde as terras alagoanas, temos como norte contribuir para que a força política e social do anarquismo encontre ressonância nas lutas das classes oprimidas por justiça e liberdade.

Rusga Libertária
Mato Grosso
Fundação: 2006

A Rusga Libertária (RL) é uma organização anarquista com os princípios de ação direta, democracia direta, federalismo, internacio-nalismo, classismo e ética libertária, que foi fundada no início do ano de 2006 como fruto de um longo processo de discussão e reflexão entre os anarquistas cuiabanos que têm como intenção retomar o anarquismo social e militante que tanto impulsionou a luta do povo oprimido no passado. Atuamos em Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso.

Antes mesmo de atuar como organização política, já existia militância em um bairro na periferia de Cuiabá, com a construção sendo feita por companheiros que viriam construir a RL; esse trabalho, iniciado há mais de 10 anos, existe até os dias de hoje.

Atuamos na luta pelo transporte público, com as bandeiras do passe livre e contra o aumento abusivo da passagem, uma luta que teve grandes movimentações na cidade em um determinado período. Depois disso, nos dividimos em frentes de atuação.

Tínhamos militantes atuando na frente estudantil, no período das ocupações de reitorias e da luta contra a reforma de 2009, quando resolvemos dar prioridade a outras frentes de atuação. Essa mudança de prioridade implicou o nosso foco na construção de uma luta mais combativa no bairro Parque Geórgia, onde construímos a sede do Centro de Cultura Popular/Resistência Popular, com as nossas próprias mãos, e desenvolvemos uma rádio comunitária e outras atividades no espaço. Outros companheiros foram atuar na construção de uma frente sindical na área da educação, na qual estão até os dias de hoje, em atuação como oposição da atual direção do SINTEP; em 2012, estamos trabalhando na construção de uma chapa de oposição.

Desde 2011, com novos ingressos na militância, pudemos voltar à luta na frente estudantil, atuando no Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais e também em uma Frente de Esquerda, realizando uma aliança tática com outras correntes de esquerda da universidade, com as quais temos construído algumas lutas conjuntamente nos últimos anos. Estivemos também na luta contra a privatização da SANECAP (empresa de distribuição de água na capital que foi privatizada) e também contra a privatização da saúde pública.

Nos últimos três meses de 2012, estivemos atuando na luta por moradia e contra a desocupação de aproximadamente 300 famílias de um terreno próximo do bairro Parque Geórgia; parte de um projeto de "limpeza" dos centros urbanos por razão da Copa de 2014. A luta foi árdua, agitada e, no final, contou com uma grande vitória, que há vários anos os movimentos sociais não presenciavam na cidade. Uma luta que trouxe, além de um forte espírito de solidariedade em grande parte dos moradores dessa ocupação, atualmente transformada em um bairro, que, hoje em dia, está pronta para atuar em outros bairros que irão passar por resistências similares. Essa vitória, juntamente com a dos moradores do Assentamento Canaã, é um marco histórico para a luta popular combativa de Cuiabá e do próprio estado do Mato Grosso.

Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)
Rio de Janeiro
Fundação: 30 de agosto de 2003

A FARJ possui três frentes de luta social. A mais antiga é a Frente Comunitária, cuja principal atuação se concentra no Centro de Cultura Social (CCS), localizado no bairro de Vila Isabel. Ali, são desenvolvidos diversos trabalhos de inserção junto à comunidade, sendo o mais importante o Pré-Vestibular Comunitário Solidariedade, organizado em conjunto com companheiros do Núcleo Complexo dos Macacos do Movimento dos Trabalhadores Desempregados "Pela Base!", militantes da Organização Popular e apoiadores, como ex-alunos e alguns professores. No CCS-RJ funciona, desde 2001, a Biblioteca Social Fábio Luz e, desde 2004, o Núcleo de Pesquisa Marques da Costa, ambos vinculados à organização.

A Frente de Movimentos Sociais Urbanos (FMSU, antes denominada Frente de Ocupações) iniciou sua atuação junto ao movimento de ocupações no Rio de Janeiro, tendo participado da fundação da Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST) em 2005. Após ter se afastado da FIST, no final de 2007, a frente ampliou seus trabalhos de inserção, passando a integrar o MTD-RJ e, posteriormente, constituindo o MTD "Pela Base!", cuja luta central se dá a partir das demandas dos desempregados e precarizados. A FMSU também atua no Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE) construindo um sindicalismo pela base e articulado com os movimentos populares, no Pré-Vestibular Solidariedade, na favela da Maré (Baixa do Sapateiro) e com o Linha Cultural, atividade que trabalha o Hip Hop como ferramenta de contestação.

A mais nova é a Frente Anarquismo e Natureza (FAN), antes denominada Frente Agroecológica. A FAN foi formada no final de 2007 com objetivo de fortalecer, apoiar e desenvolver junto aos movimentos sociais rurais um trabalho político que busque intensificar a luta de classes em torno da agroecologia, do trabalho de base cooperado e da educação integral sob a perspectiva da educação do campo. Após importantes avanços organizativos com a fundação do Núcleo de Saúde e Alimentação Germinal (extinto no Rio de Janeiro) e da Cooperativa de Trabalhadores em Agroecologia Floreal. Atualmente, os membros da FAN atuam no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST-RJ) e na coordenação político-pedagógica de cursos de Licenciatura em Educação do Campo da UFRuRJ.

Os militantes da FARJ, a partir de suas inserções de base, também contribuíram com a construção da Organização Popular (OP), um agrupamento de tendência reunindo diferentes militantes sociais que defendem um método de se organizar, nas lutas e nas reivindicações populares, que fortaleça o protagonismo das bases e a proposta do poder popular, com atuação no movimento estudantil, sindical e popular.

Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL)
São Paulo
Fundação: 18 de novembro de 2009

Em um processo que teve início nos primeiros meses de 2008, a OASL organizou encontros amplos para discutir o anarquismo especifista, visando rearticular o anarquismo na cidade. Com significativa influência da Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ), o processo de dois anos culminou na fundação, nos fins de 2009, da Federação Anarquista de São Paulo, posteriormente chamada de OASL. A FARJ participou dos grandes encontros de 2008 e 2009 e a Federação Anarquista Gaúcha (FAG) do de 2009, constituindo um suporte fundamental para a formação da organização.

Desde seu surgimento, a OASL, em nível social, vem trabalhando com a participação e a tentativa de criação de movimentos populares na área metropolitana da cidade. O trabalho que possui mais tempo se dá no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por meio da regional Grande São Paulo, com o trabalho de base em assentamentos, com foco na formação política e na educação; há também iniciativas na produção, com a venda de produtos dos assentados. Distintos trabalhos no nível comunitário foram realizados desde o início do processo: na Zona Leste da cidade, no centro e, mais recentemente, na Zona Sul, com a participação na Rede Extremo Sul. Houve experiências sindicais nos bancários e, mais recentemente, tem se desenvolvido um trabalho com professores da rede pública, na APEOESP. Entre os estudantes, também, houve algumas iniciativas. Todos os trabalhos vêm sendo realizados a partir da participação da militância da OASL na Organização Popular Aymberê (OPA), um agrupamento de tendência que esteve à frente da organização do IX Encontro Latino-Americano de Organizações Populares Autônomas (ELAOPA).

No nível político, a OASL tem participado do FAO desde 2010, e, organicamente, a partir de 2011, quando recebeu, em São Paulo, o encontro anual do FAO e as Jornadas Anarquistas, com a participação de militantes de vários países latinos. Trabalhando a organicidade interna, a OASL vem constituindo suas secretarias, seus documentos orgânicos e programáticos, e articulado as relações, que incluem visitas a outras organizações anarquistas. Tem realizado formações políticas internas, debates, palestras e atividades públicas, para aproximação de pessoas. Juntamente com a FARJ, desenvolveu um programa de formação política sobre anarquismo. Na propaganda, tem distribuído as publicações do FAO e livros da Faísca Publicações, elaborado material para o site e para o Anarkismo.net, além de panfletos e materiais específicos, como “Anarquismo Especifista e Poder Popular”. Tem impulsionado a criação de núcleos da organização em outras regiões do estado.

Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN)
Santa Catarina
Fundação: Agosto de 2011

O Coletivo Anarquista Bandeira Negra (CABN) surgiu na cidade de Florianópolis, estabelecendo posteriormente um núcleo na cidade de Joinville e um pró-núcleo em Chapecó, na perspectiva de formar uma organização estadual. O CABN nasce inspirado pelo anarquismo especifista, na tradição da Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e das organizações que compunham o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), atual Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), a qual integramos.

O CABN defende um anarquismo em contato direto com as lutas populares, no seio da classe trabalhadora. Desde o início, participa dos movimentos sociais urbanos, especialmente nas lutas pelo transporte coletivo, tanto em Florianópolis quanto em Joinville, além de atuar em grupos de mídia independente noticiando as lutas sociais. Em Florianópolis, estamos iniciando trabalhos na frente comunitária e com a perspectiva de iniciar uma tendência libertária no movimento estudantil, onde já atuamos em algumas pautas como a construção do EIV-SC, estágio com os movimentos sociais do campo. Na cidade de Joinville, o CABN atua também junto ao Centro de Direitos Humanos (CDH) e em Chapecó possui atuação sindical, presente no SINASEFE-SC (cuja base de trabalhadores é do Instituto Federal/SC) e na construção de uma seção sindical do ANDES para os trabalhadores da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Além dessas frentes de atuação, o CABN organiza o Círculo de Estudos Libertários em Florianópolis, que vem agregando pessoas e incentivando debates sob a perspectiva libertária, além de outros eventos como o realizado no 1º de Maio, reivindicando um Dia do Trabalhador classista e combativo, frente ao esquecimento da data. Em Joinville, o CABN também constrói o Grupo de Estudos das Idéias e Práticas Anarquistas (GEIPA).

Organização Resistência Libertária (ORL)
Ceará
Fundação: 2008

A Organização Resistência Libertária (ORL) foi fundada no final de 2008, a partir da articulação de estudantes anarquistas, que no ano anterior participaram de lutas estudantis (pela ampliação da isenção do vestibular da UFC e da ocupação da reitoria da mesma universidade contra o REUNI), e ex-membros dos extintos Coletivo Ruptura e Comuna Libertária, que há algum tempo vinham acumulando discussões em torno da necessidade de uma atuação organizada dos anarquistas junto às lutas e movimentos sociais. Foi exatamente este o ponto inicial que possibilitou a convergência entre essas duas levas de militantes e a formação de uma organização em torno de objetivos políticos, métodos de atuação e forma organizacional comuns.

Atualmente, a ORL desenvolve sua militância em duas frentes de trabalho: comunitária e sindical. Há mais de dois anos a organização atua na frente de trabalho comunitário, junto a comunidades atingidas pelas obras da Copa do Mundo de 2014. Contribuímos desde o início desta luta popular, que desembocou na criação do Movimento de Luta em Defesa da Moradia (MLDM), que articula em rede comunidades impactadas por esse mega-evento. No momento, a organização intensifica suas ações junto à luta destas comunidades, contribuindo com sua militância em várias atividades, sempre no sentido de que a luta assuma o caráter mais libertário possível, para que o movimento desenvolva autonomia, combatividade, autogestão e se paute por relações horizontais em suas decisões.

No último ano, iniciamos atuação na luta sindical, tentando impulsionar com nossa modesta militância a luta do magistério público estadual, contra os ataques do governo à educação pública e enfrentando a burocracia sindical instalada no sindicato do magistério estadual há décadas. Nossa prática política tem se pautado pelo fortalecimento da autonomia e da organização do magistério em oposição à estrutura parasitária mantida pela direção sindical, colaborando na construção de estruturas organizativas de base como a Rede de Zonais, que teve papel fundamental e impulsionou as ações mais radicalizadas na última greve estadual dos professores.

Coletivo Anarquista Luta de Classe (CALC)
Paraná
Fundação: Outubro de 2010

O CALC organiza seus trabalhos em frentes e núcleos; neste momento, em uma frente comunitária e outra estudantil, constituindo apenas um único núcleo (centro). Além do desenvolvimento dos trabalhos sociais, também se encontra nas suas atribuições a revenda de livros de editoras libertárias uma vez ao mês, a realização do Círculo de Estudos Libertários (CEL), espaço de estudo e formação e a edição de seu informativo No Batente.

A frente estudantil tem sua militância no Coletivo Quebrando Muros (CQM), no movimento estudantil universitário, organizado por curso na UFPR, e que agora também possui trabalhos iniciados junto à comunidade da Vila Torres e aos estudantes secundaristas da rede pública de ensino. O CQM deixou de ser apenas uma tendência estudantil, tal como fora constituída em meados de 2009, passando a constituir, em 2012, novas frentes sociais, caso da frente comunitária, que integrou os ex-militantes do Germinal em seu coletivo, sem deixar de manter seus núcleos por local de estudo em sua frente estudantil. Ao contrário, seu trabalho estudantil vem se consolidando nos núcleos Politécnico, Psicologia, Ciências Sociais, História e Direito, acumulando forças para a esquerda combativa. Essa frente vem iniciando dois trabalhos sociais, a organização de um pré-vestibular comunitário junto aos estudantes do Colégio Estadual Hildebrando de Araújo (Jardim Botânico), e uma formação política no Colégio Estadual Manoel Ribas voltado aos jovens da escola (Vila Torres).

A frente comunitária também concentra sua atuação na Vila Torres. Até ano passado, atuava através do Germinal, mas em função da desarticulação deste último e uma aproximação com o CQM, passou a atuar em uma frente comunitária que este coletivo constituiu. Vem desenvolvendo desde outubro de 2008 trabalhos de inserção junto à escola e a comunidade, como o apoio a horta agroecológica do Colégio Estadual Manoel Ribas e a participação na rede de grupos comunitários. Também vem participando de espaços como as Jornadas de Agroecologia e o Grito dos Excluídos.

Coletivo Anarquista Núcleo Negro (CANN)
Pernambuco
Fundação: 2012

O Coletivo Anarquista Núcleo Negro possui uma breve existência e surge de uma prática junto a movimentos por moradia, a ocupações urbanas, em um agrupamento que à época tinha o nome de Coletivo Autonomia.

Precisávamos avançar para um modelo de organização que desse suporte para nossas intenções dentro de um campo claramente anarquista, afinal, aqueles que faziam parte do coletivo, identificavam-se com esta ideologia. Foi desta maneira que nos encontramos com o modelo de organização especifista, reivindicado por alguns dos agrupamentos já com alguma história no país, ligados ao FAO. Hoje, o Núcleo Negro atua no movimento sindical e comunitário através de duas frentes de trabalho.

10 anos do Fórum do Anarquismo Organizado

Rumo à Coordenação Anarquista Brasileira!

No início de 2002 recomeçava de forma mais lúcida um processo de articulação nacional para o anarquismo organizado e com inserção social no Brasil. Há dez anos foi criado o Fórum do Anarquismo Organizado – FAO com o objetivo de articular grupos regionais e também lutar pela construção de uma organização anarquista brasileira dotada de projeto político comum. De lá pra cá conseguimos fazer avançar este processo com a consolidação de Organização Especificamente Anarquistas em alguns estados.

Modestamente contribuímos para colocar o anarquismo no terreno da luta de classes formando parte de importantes lutas na cidade e no campo com presença em diversos lugares no país. Atualmente, contando com a participação e incidência em mais de dez estados brasileiros, decidimos dar uma passo à frente no processo nacional com a criação da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB). Não estamos criando uma mera sigla ou uma aparência sem correspondência com a realidade. Pelo contrário, decidimos pela coordenação de organizações anarquistas especifistas, pois necessitamos de uma organicidade que seja correspondente a nossa capacidade e necessidade de intervir na realidade brasileira com perspectivas de mudança em prol do projeto socialista e libertário.

Estaremos realizando neste ano de 2012 um Congresso Anarquista com delegações das organizações regionais que irão fundar a CAB e fazemos um convite às organizações anarquistas internacionais para participarem das seguintes atividades na cidade do Rio de Janeiro:

- 9 de Junho - Debate sobre a Organização Específica Anarquista com os companheiros da Federação Anarquista Uruguaia e da Coordenação Anarquista Brasileira.
(inscrições: secfao@riseup.net)

- 10 de junho - Ato Público de lançamento da Coordenação Anarquista Brasileira

CRIAR UM POVO FORTE!

Coordenação Anarquista Brasileira

www.vermelhoenegro.net